

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2017	Dividendo	30/11/2017	Ordinária		0,40650
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2017	Dividendo	30/11/2017	Preferencial		0,44715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.038.791	1.033.330
1.01	Ativo Circulante	221.498	214.583
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	96.249	75.162
1.01.03	Contas a Receber	19.981	31.157
1.01.03.01	Clientes	16.021	29.383
1.01.03.01.01	Revendedores	15.570	25.192
1.01.03.01.02	Consumidores	451	4.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.960	1.774
1.01.03.02.01	Ativo financeiro indenizável	348	0
1.01.03.02.02	Serviços - Canal Pinheiros	3.612	1.774
1.01.04	Estoques	1.949	1.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.623	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.623	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	256	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99.440	106.085
1.01.08.03	Outros	99.440	106.085
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.534	1.537
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.082	8.772
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	119	263
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	79.869	85.141
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	11.836	10.372
1.02	Ativo Não Circulante	817.293	818.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	710.469	725.242
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	710.469	725.242
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	12.713	12.326
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	376.050	391.257
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	48.488	46.386
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	273.218	275.273
1.02.02	Investimentos	92.286	80.947
1.02.03	Imobilizado	11.789	10.794
1.02.04	Intangível	2.749	1.764
1.02.04.01	Intangíveis	2.749	1.764

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.038.791	1.033.330
2.01	Passivo Circulante	86.846	87.035
2.01.02	Fornecedores	6.255	4.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.255	4.880
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.363	4.724
2.01.05	Outras Obrigações	76.228	77.431
2.01.05.02	Outros	76.228	77.431
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.010	16.010
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	13.741	11.602
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	4.606	5.801
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	174
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	29.593	32.784
2.01.05.02.08	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	143
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	12.092	10.917
2.02	Passivo Não Circulante	212.841	223.356
2.02.02	Outras Obrigações	91.020	93.885
2.02.02.02	Outros	91.020	93.885
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	74.049	76.914
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	72.063	77.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	72.063	77.832
2.02.04	Provisões	49.758	51.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.758	51.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17	15
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25.261	26.363
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24.480	25.102
2.03	Patrimônio Líquido	739.104	722.939
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	86.345	86.345
2.03.04.01	Reserva Legal	5.295	5.295
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.028	66.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.165	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.947	-35.947

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.426	128.470	56.302	139.298
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.225	-152.234	-54.080	-163.046
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.225	-152.234	-54.080	-163.046
3.03	Resultado Bruto	-2.799	-23.764	2.222	-23.748
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.236	13.957	7.635	11.819
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-264	2.618	3.756	4.767
3.04.04.01	Ganho (perda) na Alienação de Bens e Direitos	-264	2.618	3.756	4.767
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.500	11.339	3.879	7.052
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.437	-9.807	9.857	-11.929
3.06	Resultado Financeiro	11.503	28.192	16.791	69.796
3.06.01	Receitas Financeiras	11.761	29.042	17.047	70.634
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.810	23.940	9.096	24.195
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	3.951	5.102	7.951	46.439
3.06.02	Despesas Financeiras	-258	-850	-256	-838
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-258	-850	-256	-838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.940	18.385	26.648	57.867
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.394	-2.220	-4.219	-11.699
3.08.01	Corrente	-115	-7.989	-542	-5.067
3.08.02	Diferido	-1.279	5.769	-3.677	-6.632
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.546	16.165	22.429	46.168
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.546	16.165	22.429	46.168
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,32426	0,45396	0,62989	1,29649
3.99.01.02	ON	0,29478	0,41269	0,57263	1,17863
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,32426	0,45396	0,62989	1,29649
3.99.02.02	ON	0,29478	0,41269	0,57263	1,17863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	11.546	16.165	22.429	46.168
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.546	16.165	22.429	46.168

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.031	-48.076
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.092	-2.862
6.01.01.01	Lucro líquido do período	16.165	46.168
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-11.339	-7.052
6.01.01.03	Depreciação/amortização	676	803
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	10.493	3.226
6.01.01.05	Ganho na alienação de bens e direitos	-2.618	0
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.463	1.860
6.01.01.07	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.765	10.638
6.01.01.08	Tributos diferidos	-5.769	6.632
6.01.01.09	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-21.928	-64.580
6.01.01.10	Juros sobre mútuo	0	-557
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.939	-45.214
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	13.362	-20.858
6.01.02.02	Tributos a recuperar	6.613	4.063
6.01.02.03	Estoques	16	106
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-42	66
6.01.02.05	Outras contas a receber	1.227	-2.947
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-3.689	-1.568
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-16.549	-22.841
6.01.02.08	Fornecedores	1.375	1.256
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	1.635	1.404
6.01.02.10	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-3.646	0
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.233	-4.934
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-8	1.039
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	42.118	39.138
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-370	-175
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-1.676	-2.418
6.02.03	Baixa de imobilizado	0	75
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	42.407	41.026
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	4.643	835
6.02.06	Aquisição de intangível	0	-205
6.02.07	Adiantamento a fornecedores	-2.886	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21.087	-8.938
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.162	44.388
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.249	35.450

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.165	0	16.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.165	0	16.165
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	86.345	16.165	-35.947	739.104

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.168	0	46.168
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.168	0	46.168
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	46.168	40.878	806.875

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	150.294	161.813
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	146.056	153.430
7.01.02	Outras Receitas	2.618	4.767
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.083	5.476
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.463	-1.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.462	-69.806
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.462	-69.806
7.03	Valor Adicionado Bruto	100.832	92.007
7.04	Retenções	-676	-803
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-676	-803
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.156	91.204
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.786	28.021
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.339	7.052
7.06.02	Receitas Financeiras	23.940	24.195
7.06.03	Outros	-10.493	-3.226
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.942	119.225
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.942	119.225
7.08.01	Pessoal	67.253	64.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.090	59.791
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.163	4.276
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.114	54.000
7.08.02.01	Federais	37.297	46.801
7.08.02.03	Municipais	7.817	7.199
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-3.590	-45.010
7.08.03.01	Juros	850	838
7.08.03.02	Aluguéis	662	591
7.08.03.03	Outras	-5.102	-46.439
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-5.102	-46.439
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.165	46.168
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.165	46.168

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.127.009	1.125.762
1.01	Ativo Circulante	239.750	222.288
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	111.933	80.279
1.01.03	Contas a Receber	23.822	35.176
1.01.03.01	Clientes	19.862	33.402
1.01.03.01.01	Revendedores	19.411	29.211
1.01.03.01.02	Consumidores	451	4.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.960	1.774
1.01.03.02.01	Ativo financeiro indenizável	348	0
1.01.03.02.02	Serviços - Canal Pinheiros	3.612	1.774
1.01.04	Estoques	1.949	1.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.623	11
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.623	11
1.01.07	Despesas Antecipadas	444	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.979	104.643
1.01.08.03	Outros	97.979	104.643
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.547	1.552
1.01.08.03.02	Outros Créditos	4.608	7.315
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	119	263
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	79.869	85.141
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	11.836	10.372
1.02	Ativo Não Circulante	887.259	903.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	715.491	730.859
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	715.491	730.859
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	16.294	15.806
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	376.050	391.257
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	48.488	46.386
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	273.218	275.273
1.02.01.09.07	GSF	1.441	2.137
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	167.629	169.461
1.02.04	Intangível	2.749	1.764
1.02.04.01	Intangíveis	2.749	1.764

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.127.009	1.125.762
2.01	Passivo Circulante	95.190	94.413
2.01.02	Fornecedores	6.611	5.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.611	5.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.544	4.880
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.555	6.671
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.555	6.671
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.555	6.671
2.01.05	Outras Obrigações	76.480	77.778
2.01.05.02	Outros	76.480	77.778
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.010	16.010
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	13.741	11.602
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	4.611	5.806
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	202	190
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	29.593	32.784
2.01.05.02.08	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	122	143
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	12.201	11.243
2.02	Passivo Não Circulante	292.715	308.410
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	79.874	85.054
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	79.874	85.054
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	79.874	85.054
2.02.02	Outras Obrigações	91.020	93.885
2.02.02.02	Outros	91.020	93.885
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	74.049	76.914
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	72.063	77.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	72.063	77.832
2.02.04	Provisões	49.758	51.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.758	51.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17	15
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25.261	26.363
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24.480	25.102
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	739.104	722.939
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	86.345	86.345
2.03.04.01	Reserva Legal	5.295	5.295
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.028	66.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.165	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.947	-35.947

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.494	151.531	63.726	159.903
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.833	-157.918	-54.988	-169.774
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.833	-157.918	-54.988	-169.774
3.03	Resultado Bruto	3.661	-6.387	8.738	-9.871
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-265	2.618	3.756	4.767
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-265	2.618	3.756	4.767
3.04.04.01	Ganho (perda) na Alienação de Bens e Direitos	-265	2.618	3.756	4.767
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.396	-3.769	12.494	-5.104
3.06	Resultado Financeiro	9.928	23.254	14.550	64.020
3.06.01	Receitas Financeiras	12.111	30.044	17.521	71.974
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.160	24.942	9.570	25.535
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	3.951	5.102	7.951	46.439
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.183	-6.790	-2.971	-7.954
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.183	-6.790	-2.971	-7.954
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.324	19.485	27.044	58.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.778	-3.320	-4.615	-12.748
3.08.01	Corrente	-499	-9.089	-938	-6.116
3.08.02	Diferido	-1.279	5.769	-3.677	-6.632
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.546	16.165	22.429	46.168
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.546	16.165	22.429	46.168
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.546	16.165	22.429	46.168
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,32426	0,45396	0,62989	1,29649
3.99.01.02	ON	0,29478	0,41269	0,57263	1,17863
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,32426	0,45396	0,62989	1,29649
3.99.02.02	ON	0,29478	0,41269	0,57263	1,17863

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.546	16.165	22.429	46.168
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.546	16.165	22.429	46.168
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.546	16.165	22.429	46.168

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.330	-36.987
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.114	14.215
6.01.01.01	Lucro líquido do período	16.165	46.168
6.01.01.02	Depreciação/amortização	3.627	3.757
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	10.493	3.226
6.01.01.04	Ganhos na alienação de bens e direitos	-2.618	0
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.463	1.860
6.01.01.06	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.765	10.638
6.01.01.07	Tributos diferidos	-5.769	6.632
6.01.01.08	Juros sobre empréstimos	5.916	6.514
6.01.01.09	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-21.928	-64.580
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.444	-51.202
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	13.540	-21.388
6.01.02.02	Tributos a recuperar	7.413	4.987
6.01.02.03	Estoques	16	106
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-230	-130
6.01.02.05	Outras contas a receber	1.940	-1.672
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-3.790	-1.489
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-16.549	-22.841
6.01.02.08	Fornecedores	1.527	1.375
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	1.782	1.382
6.01.02.10	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-3.646	0
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-11.020	-5.857
6.01.02.12	Juros pagos com empréstimos	-5.202	-5.524
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-225	-151
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	41.994	38.743
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-494	-570
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-1.676	-2.418
6.02.03	Baixa de imobilizado	0	75
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	42.407	41.026
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	4.643	835
6.02.06	Aquisição de intangível	0	-205
6.02.07	Adiantamento a fornecedores	-2.886	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.010	-4.953
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-5.010	-4.953
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	31.654	-3.197
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.279	50.145
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	111.933	46.948

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939	0	722.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939	0	722.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.165	0	16.165	0	16.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.165	0	16.165	0	16.165
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	86.345	16.165	-35.947	739.104	0	739.104

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.168	0	46.168	0	46.168
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.168	0	46.168	0	46.168
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	46.168	40.878	806.875	0	806.875

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	174.400	183.647
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	170.039	174.870
7.01.02	Outras Receitas	2.618	4.767
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.206	5.870
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.463	-1.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.262	-73.892
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52.262	-73.892
7.03	Valor Adicionado Bruto	122.138	109.755
7.04	Retenções	-3.627	-3.757
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.627	-3.757
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	118.511	105.998
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.449	22.309
7.06.02	Receitas Financeiras	24.942	25.535
7.06.03	Outros	-10.493	-3.226
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	132.960	128.307
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	132.960	128.307
7.08.01	Pessoal	67.253	64.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.090	59.791
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.163	4.276
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.184	55.933
7.08.02.01	Federais	39.367	48.733
7.08.02.03	Municipais	7.817	7.200
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.358	-37.861
7.08.03.01	Juros	6.790	7.954
7.08.03.02	Aluguéis	670	624
7.08.03.03	Outras	-5.102	-46.439
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-5.102	-46.439
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.165	46.168
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.165	46.168

Comentário do Desempenho

Comentários sobre o desempenho da EMAE Comparativo entre os resultados acumulados do 3º trimestre de 2017 com o mesmo período do exercício anterior.

A Receita de Venda de Bens e/ou Serviços teve uma redução de R\$ 8.372 mil (5,52%) apresentando em 30 de setembro de 2017 um saldo de R\$ 151.531 mil contra 159.903 mil em 30 de setembro de 2016. Os fatores que impactaram a receita operacional líquida foram:

- Redução no fornecimento de energia elétrica de R\$ 3,5 milhões (86%), decorrente da redução no montante de energia comercializado com a comercializadora Toyobo;
- Redução de R\$ 2,3 milhões (87%) nas receitas de construção que se refere a investimento no ativo financeiro de concessão;
- Redução de R\$ 6,3 milhões (4%) em cotas de energia elétrica devido ao fato que no ano anterior houve um recebimento de uma receita adicional sobre a RAG 2016/2017.

Os Custos dos Bens/ e ou Serviços Vendidos reduziram em R\$ 11.856 mil (7,5%) apresentando um saldo em 30 de setembro de 2017 de R\$ 157.918 mil contra um saldo de R\$ 169.774 mil em 30 de setembro de 2016, essa redução é justificada pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 13,1 milhões (743%) na rubrica de provisões operacionais devido ao fato que, no ano de 2016, houve entrada de processos relevantes e no exercício de 2017 a Companhia efetuou negociações e pagamentos e reversões de processos;
- Redução de R\$ 6,9 milhões (20%) na rubrica de serviços de terceiros, decorrente da renovação do contrato da manutenção do Rio Pinheiros, onde no exercício de 2016 esses gastos estavam sendo contabilizados como despesas pois ainda não havia sido realizada a renovação do contrato com o Estado de São Paulo;
- Redução de R\$ 2,3 milhões (87%) na rubrica de custos relativos a construção de ativos próprios que refere-se a investimento no ativo financeiro de concessão.
- Aumento de R\$ 7,8 milhões (10%) na rubrica de pessoal que refere-se ao impacto das rescisões contratuais e o reajuste salarial anual.

O Resultado Financeiro reduziu em R\$ 40,7 milhões (175,3%) apresentando um saldo positivo de R\$ 23.254 mil em 30 de setembro de 2017 contra resultado positivo de R\$ 64.020 mil em 30 de setembro de 2016, essa redução justifica-se pelo fato da redução o IGPM que apresentou no acumulado do período findo em 30 de setembro de 2016 índice positivo de 6,48 e no acumulado do ano em 30 de setembro de 2017 índice negativo de -2,11 representando uma queda no índice de 132,6%.

Como reflexos dos fatos comentados a EMAE obteve no acumulado no terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2017 um Lucro líquido de R\$ 16.165 mil, inferior em 185% ao Lucro líquido de R\$ 46.168 mil, apurado no mesmo período em 2016.

Comentário do Desempenho

Análise Controlada Pirapora

A subsidiária integral Pirapora Energia apresentou um lucro de R\$ 11.339 mil, superior ao lucro de R\$ 7.052 mil 30 de setembro de 2016. O aumento no lucro de 2017 deveu-se, principalmente, às reduções de despesas com energia comprada para revenda (R\$ 696 mil em 2017 contra R\$ 2.878 mil em 30 de setembro de 2016), devido ao fato que uma das unidades geradoras de energia voltou a operar provisoriamente em novembro de 2016. A Receita Operacional Líquida cresceu em R\$ 2.279 mil, face ao reajuste dos contratos de Suprimento de Energia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE”, ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. A Companhia possuía uma Pequena Central Hidroelétrica no município de Pindamonhangaba que se encontrava sem contrato de concessão. Essa pequena central foi alienada por meio de concorrência pública em junho deste ano por R\$ 4.200.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória- MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração, calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada cinco (5) anos é realizado o processo de revisão tarifária. A RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Adicionalmente os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passaram a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidos por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Notas Explicativas

Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”), em 27/04/2007, para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa nº 1.218, de 22/01/2008 e tem prazo de 17 anos, contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento da UTE Piratininga entre a EMAE e a Petrobras, foi firmado, também, na ocasião, um contrato de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gaspariam pela EMAE. Esse contrato se encerrou em 31/01/2017.

Como as tratativas para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, consolidadas no Termo de Transação Extrajudicial, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 26/04/2017, não tiveram sua eficácia em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implementadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como suspensivas para eficácia do instrumento, foi firmado, em 03/08/2017, um novo contrato de prestação de serviços entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga, o qual tem vigência de um ano podendo ser prorrogado por igual período.

As Unidades Geradoras 3 e 4 da UTE Piratininga se encontram em plena operação, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS) desde 07/08/2017, já sob a operação e manutenção da EMAE conforme o contrato.

Expansão

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Nesse contexto, celebrou em 28 de setembro de 2017 com a Gasen Holding S.A. (“Gasen”) contrato para desenvolvimento e construção de nova usina termoelétrica na área da sede, junto a Usina Piratininga. O projeto, denominado Parque Térmico Pedreira, teve início em 2015 com a chamada pública que selecionou empresas interessadas em realizar a implantação e exploração de usinas termoelétricas a gás natural em parceria com a Empresa. O complexo gerador de energia elétrica terá potência de até 1200 MW (estimada) e a Emae será responsável pela disponibilização de ativos locais – terreno, conexão à rede de alta tensão e demais infraestruturas –, e pelo licenciamento ambiental do empreendimento. A Gasen será responsável pelo desenvolvimento e implantação do projeto, assim como por sua viabilização financeira. O contrato de investimento prevê a realização de *due diligence* entre as empresas que, se satisfatoriamente realizado, resultará na formação de consórcio entre as empresas e, futuramente, na formação de Sociedade de Propósito Específico para operação da nova usina.

Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora”)

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data da sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Notas Explicativas

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951/2014 de 30/12/2014, e 4.955/2014 de 31/12/2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora foi comercializada por meio de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01.01.2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30/07/2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica referido no par. 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Companhia que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora – UG2 foi determinado, pela área técnica da Companhia, o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas paralisações foram comunicadas tempestivamente à ANEEL, BNDES e ARSESP. A recuperação definitiva das máquinas exigiu alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor. O retorno em operação das máquinas ocorreu, de forma definitiva, 26/08/2017 e, durante o período de paralisação, os contratos de comercialização de energia foram supridos por meio do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

As informações relevantes próprias das ITR individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 31/10/2017. As demonstrações intermediárias foram, em seguida, submetidas ao Conselho de Administração.

Notas Explicativas

2.2 Moeda funcional

Estas ITR individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas ITR individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31/12/2016.

2.4 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.7 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidas pelo IFRS, os quais serão efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotados na elaboração destas demonstrações contábeis. A Companhia e sua controlada planejam aplicá-los a partir da data de sua vigência.

A seguir apresentamos um resumo desses novos documentos:

- *CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)*

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia e sua controlada pretendem adotar esse

Notas Explicativas

pronunciamento nas divulgações efetuadas a partir de 1º. de janeiro de 2018.

Apesar da Companhia e sua controlada julgarem que o impacto da aplicação do CPC 48 não será significativo, com base na avaliação de seus instrumentos financeiros detidos em 31 de dezembro de 2016, essa avaliação será atualizada, uma vez que a Companhia e sua controlada deverão avaliar eventuais impactos na aplicação do CPC 48 sobre os instrumentos financeiros e as condições econômicas existentes 1º de janeiro de 2018, que determinarão as escolhas e julgamentos da Administração para a aplicação do CPC 48.

- *CPC 47 Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)*

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o *CPC 30 Receitas* e *CPC 17 Contratos de Construção*.

Esse pronunciamento vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º. de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia e sua controlada estão avaliando os impactos da adoção do CPC 47, mas não esperam que haja impacto significativo na aplicação desse novo pronunciamento.

- *IFRS 16 Arrendamentos*

O IFRS16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos estabelecendo que o arrendatário deve reconhecer, com limitadas exceções, ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas. O IFRS 16 substitui o *CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil* e a *ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil*.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do IFRS 16.

A Companhia e sua controlada estão avaliando os impactos da adoção do IFRS 16, mas não esperam que haja impacto significativo na aplicação desse novo pronunciamento.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a nova norma IFRS 16.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Caixa e bancos conta movimento.....	1.986	183	2.921	1.249
Aplicações financeiras (a).....	94.263	74.979	109.012	79.030
	<u>96.249</u>	<u>75.162</u>	<u>111.933</u>	<u>80.279</u>

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 0,7602% ao mês no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 0,9030% ao mês no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

4. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	15.570	25.192	19.411	29.211
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	451	4.191	451	4.191

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o saldo do contas a receber de revendedores e consumidores era composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia e sua controlada julgaram que não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber de revendedores e consumidores.

5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, paga em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, a qual poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O contrato possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas informações trimestrais continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 82.177 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 86.464 em 31 de dezembro de 2016), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração elaborou uma análise do valor a ser indenizado, no caso de não renovação da concessão, para avaliar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme determinado na cláusula décima-primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

Notas Explicativas

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.17
	Saldo 31.12.16	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	85.141	20.250	16.885	(42.407)	79.869
Não Circulante.....	391.257	(20.250)	5.043	-	376.050
	476.398	-	21.928	(42.407)	455.919

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a)	(91.322)	(108.207)
Varição monetária.....	394.154	389.111
Recebimentos.....	(611.913)	(569.506)
	455.919	476.398

- (a) Refere-se a variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizado no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
2018	37.328
2019.....	69.818
2020.....	63.830
2021.....	58.356
2022.....	53.351
De 2023 até 2024.....	93.367
	376.050

Notas Explicativas

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Circulante				
Dividendos a receber de controlada (a).....	2.168	2.168	-	-
Energia livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	13.907	13.832	13.907	13.832
Serviços em curso (d).....	1.443	2.738	1.443	2.521
Remessa de bens para conserto	5.765	5.772	5.531	5.772
GSF Pirapora Energia S.A (e).....	-	-	928	928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.345)	(19.882)	(21.345)	(19.882)
	<u>6.082</u>	<u>8.772</u>	<u>4.608</u>	<u>7.315</u>
Não Circulante				
GSF Pirapora energia (e).....	-	-	1.441	2.137
	<u>6.082</u>	<u>8.772</u>	<u>6.049</u>	<u>9.452</u>

- (a) Dividendos a receber de sua controlada com previsão de recebimento em novembro de 2017.
- (b) Valor de energia livre (Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE) a ser recebido de companhias de distribuição de energia, o qual, em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15/09/2010, e da liminar obtida, teve suspensa sua cobrança. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- (c) Valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo,
- (d) Gastos incorridos pela EMAE na aplicação de recursos em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- (e) Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Por meio do Ofício "OF/A/023/2016" de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL anuiu o Termo de Repactuação nº 92/2016, que se tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

A crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das empresas geradoras. Para suprir os contratos regulados, a empresa adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.702.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100, na ordem de R\$ 1.331/ano.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES EDIFERIDOS

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	18.385	57.867	19.485	58.916	18.385	57.867	19.485	58.916
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(4.596)	(14.467)	(4.871)	(14.729)	(1.655)	(5.208)	(1.754)	(5.302)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(1.066)	(2.728)	(1.066)	(2.728)	(384)	(982)	(384)	(982)
Arrendamento UTP.....	(1.299)	1.914	(1.299)	1.914	(468)	690	(468)	690
Outros.....	2.372	4.333	2.372	4.333	854	1.560	854	1.560
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	270	633	270	633	98	228	98	228
Outros (PAT, incentivos).....	161	110	161	110	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	2.569	1.631	2.107	1.187	924	587	660	338
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(1.589)	(8.574)	(2.326)	(9.280)	(631)	(3.125)	(994)	(3.468)
Corrente.....	(5.831)	(3.697)	(6.568)	(4.403)	(2.158)	(1.370)	(2.521)	(1.713)
Diferido.....	4.242	(4.877)	4.242	(4.877)	1.527	(1.755)	1.527	(1.755)
Aliquota efetiva.....	9%	15%	12%	16%	3%	5%	5%	6%

7.2 Composição dos saldos dos Impostos Diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	17.776	15.602	-	-
Prejuízo fiscal (b).....	51.096	53.665	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	95.148	99.196
Obrigações fiscais diferidas RAG (d).....	-	-	-	2.013
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(13.616)	(13.616)
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	6.399	5.617	-	-
Base negativa (b).....	13.074	13.999	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	34.253	35.710
Obrigações fiscais diferidas RAG (d).....	-	-	-	724
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(4.902)	(4.902)
	88.345	88.883	110.883	119.125
Provisão para créditos tributários (f).....	(88.345)	(88.883)	(38.820)	(41.293)
	-	-	72.063	77.832

- (a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, e 2013;
- (c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5), em razão da receita estar sendo oferecida à tributação no período em que é efetivamente realizada;
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ajuste da RAG
- (e) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre o saldo de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);

Notas Explicativas

- (f) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (item a). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. Em 30 de setembro de 2017 os montantes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social totalizam R\$ 204.386 (R\$ 214.660 em 2016) e R\$ 145.265 (R\$ 155.539 em 2016) respectivamente.

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	11.836	10.372	11.836	10.372
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	12.713	12.326	16.294	15.806
	<u>24.549</u>	<u>22.698</u>	<u>28.130</u>	<u>26.178</u>

- a) R\$ 1 referente a limpeza da calha do Rio Pinheiros (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2016); R\$ 1.759 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2016) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido; e R\$ 10.076 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a depósitos restritos.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja o registro ou, ainda, a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais; Refere-se também ao depósito de garantia do empréstimo contraído pela controlada Pirapora Energia S.A.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Nesta conta estão classificados os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, os quais serão recuperados por meio da RAG no processo de revisão e reajuste tarifário. Esses valores estão registrados a custo histórico em razão de não haver regulamentação sobre eventual atualização monetária.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual são de caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL para serem incluídos na base de remuneração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, portanto mensurando esse ativo ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

Notas Explicativas

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

Controladora e Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2016....	46.386
Adições (a).....	2.712
Recebimentos (b).....	(262)
Saldo em 30 de setembro de 2017.....	48.836

Controladora e Consolidado		
	30.09.2017	31.12.2016
Circulante.....	348	-
Não Circulante.....	48.488	46.386
	48.836	46.386

- (a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas para a manutenção e operação da mesmas, os quais serão indenizadas pela ANEEL, durante os próximos reajustes da RAG.
- (b) QRR – Quota de reintegração regulatória – Corresponde a uma parcela do ressarcimento do investimento realizado pelo concessionário que é calculo pela ANEEL, e divulgado no evento do reajuste tarifário.

Do montante total do Ativo financeiro indenizável a Companhia submeteu investimentos realizados no valor R\$ 27.000 para análise inicial da ANEEL, dos quais R\$ 6.000 foram reconhecidos na RAG a partir do ciclo tarifário 2015/2016 e o restante foi reconhecido na RAG a partir do ciclo tarifário 2016/2017. Sendo que o montante de R\$ 21.487 será pleiteado para a ANEEL na revisão tarifária que ocorrerá em junho de 2018.

10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, transcrito abaixo, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art. 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de junho de 2014, a relação dos investimentos realizados em ativos reversíveis a serem indenizados, e a correspondente documentação comprobatória. O valor líquido contábil dos ativos reversíveis monta R\$ 273.218.

	Controladora e Consolidado
Ativo reversível da concessão	31.12.16
Saldo em 31.12.16	275.273
Realização de ativo reversível (a)	(2.055)
Saldo em 30.09.17	<u>273.218</u>

A Companhia obteve a anuência da ANEEL para a venda da Usina Isabel por meio do Ofício 1107/2016, e sendo assim efetuou pela concorrência ASL/AAP/9002/2017 a efetivação da alienação do bem pelo valor de R\$ 4.206 com recebimento a vista.

Os bens reversíveis, apurados pela administração, são os seguintes:

	30.09.2017
Complexo UHE Henry Borden	203.659
Usina Porto Góes	7.299
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.005
	<u>273.218</u>

A Administração da Companhia informa que até 30 de setembro de 2017 não houve manifestação da ANEEL no tocante ao pleito de indenização efetuado. A Administração da Companhia elaborou um estudo de forma preliminar para determinar o valor novo de reposição desses ativos e identificou um valor superior ao valor do custo contábil, adicionalmente esses ativos não vêm sendo depreciados desde 31 de dezembro de 2012. Todavia, quando da homologação dos valores, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Pirapora Energia S.A.....	90.896	79.557	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	92.286	80.947	1.390	1.390

	30.09.17	31.12.16
Ativo.....	181.517	174.515
Passivo.....	90.621	94.958
Patrimônio Líquido.....	90.896	79.557

	30.09.17	30.09.16
Lucro do Período.....	11.339	7.052

12. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Nas tabelas abaixo, é apresentada a movimentação dos saldos do ativo imobilizado entre 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro de 2017, controladora e consolidado.

Controladora	Saldo em		Transferência	Depreciação do período	Saldo em
	31.12.16	Adições			
Em serviço					
Terrenos.....	6.712	-	-	-	6.712
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias.....	1.080	-	-	(55)	1.025
Máquinas e Equipamentos.....	1.340	5	(4)	176	1.275
Veículos.....	135	-	-	-	135
Móveis e Utensílios.....	71	18	-	14	98
Subtotal.....	9.338	23	(4)	190	9.245
Em curso.....	455	106	-	(190)	371
Adiantamento a fornecedores.....	1.001	1.172	-	-	2.173
Total Controladora.....	10.794	1.301	(4)	(302)	11.789

(a) Vide nota 10

Consolidado	Saldo em		Transferência	Depreciação do período	Saldo em
	31.12.16	Adições			
Em serviço					
Terrenos.....	6.712	-	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	48.725	-	-	(768)	47.957
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias.....	48.806	-	-	(762)	48.044
Máquinas e Equipamentos.....	63.554	70	(4)	176	62.078
Veículos.....	135	-	-	-	135
Móveis e Utensílios.....	73	18	-	14	100
Subtotal.....	168.005	88	(4)	190	165.026
Em curso.....	455	165	-	(190)	430
Adiantamento a fornecedores.....	1.001	1.172	-	-	2.173
Total consolidado.....	169.461	1.425	(4)	(3.253)	167.629

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000, a ser pago em 192 parcelas mensais, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.. Tal valor representou aproximadamente 60% do investimento relativo à construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). O vencimento final do contrato ocorrerá em 15/09/2030.

Em 30 de setembro de 2017, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 87.429, sendo R\$ 7.555 classificados como passivo circulante e R\$ 79.874 como passivo não circulante (R\$ 6.671 e R\$ 85.054, respectivamente em 31 de dezembro de 2016).

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos.

	Consolidado				30.09.17
	31.12.16				
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	91.725	5.916	(5.010)	(5.202)	87.429

14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

14.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. Em 1997, ocorreu o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e criado um novo plano modelo misto. Com o saldamento do BSPS, para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, o passivo atuarial determinado pelos atuários independentes na ocasião do seu fechamento foi objeto de um contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) celebrado entre a EMAE e a Fundação Cesp, cujo vencimento se daria em março de 2020. A EMAE, com o objetivo de diminuir o impacto da amortização do referido contrato, negociou com a Fundação a extensão do prazo de amortização do contrato, passando o mesmo a ter como data de término janeiro de 2032.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.16	30.09.17			
		Amortização	Despesa	ORA	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	109.698	(16.549)	10.493	-	103.642

Outras informações sobre o plano de benefícios estão descritas na nota nº 15 às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

14.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANO DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "Benefício Suplementar Proporcional

Notas Explicativas

Saldado” - BSPS. Esse contrato previa a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2016 foi assinado aditivo prorrogando o vencimento do contrato para março de 2020.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2017, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 é decorrente das diferenças entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas pelos seus efeitos de ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		30.09.17		31.12.16	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, BD e CV.....	29.593	10.935	40.528	44.988
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	63.114	63.114	64.710
		<u>29.593</u>	<u>74.049</u>	<u>103.642</u>	<u>109.698</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1 Processos com probabilidade perda provável

	Controladora e Consolidado				
	31.12.16	30.09.17			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	9.409	689	-	-	10.098
Diversas.....	16.954	6.922	(5.067)	(3.646)	15.163
	<u>26.363</u>	<u>7.611</u>	<u>(5.067)</u>	<u>(3.646)</u>	<u>25.261</u>
Cíveis.....	<u>25.102</u>	<u>1.422</u>	<u>(2.044)</u>	<u>-</u>	<u>24.480</u>
Tributárias.....	<u>15</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
Administrativo.....	<u>159</u>	<u>-</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>51.639</u>	<u>9.035</u>	<u>(7.270)</u>	<u>(3.646)</u>	<u>49.758</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não houve modificações significativas em relação às provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários registradas e divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

15.2 Processos com probabilidade de perda possível

Em 30 de setembro de 2017, os processos nas suas diferentes espécies, avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro de perda possível, estão demonstrados a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.09.17	31.12.16
Administrativo.....	909	849
Ambiental	75.329	70.759
Cível.....	25.153	21.794
Trabalhista.....	13.892	15.665
Tributária.....	1.783	729
	<u>117.066</u>	<u>109.796</u>

Ambiental

Obrigações judiciais de remoção do lodo da flotação em processo movido pelo Ministério Público. Não houve variação relevante em relação à posição de 31/12/16.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2017, sendo o total da causa de R\$ 75.329 (R\$ 70.705 em 31 de dezembro de 2016).

Cível

O processo mais relevante refere-se a ação originada pela Fundação CESP – na qual trata de ação visando a condenação da Companhia no pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2017, sendo o total da causa de R\$ 14.770 (R\$ 14.198 em 31 de dezembro de 2016).

Trabalhista

Se caracterizam por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex- empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

16.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia possui um saldo a receber R\$ 1.074 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2016) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio

Notas Explicativas

16.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light"), empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, e, em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia pela perda energética e a submissão de eventuais divergências entre as partes à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Com a frustração das tentativas administrativas de solução amigável, a Companhia propôs medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento. Em seguida, em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP, para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga e, em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem. Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM ("Procedimento Arbitral").

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando à compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"). Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro, onde o processo se encontra atualmente.

Desde 2014, conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de abril daquele ano, a Companhia vem negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os seguintes litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

1. Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, ora em fase de apelação (Ação de Instituição da Arbitragem);
2. Procedimento Arbitral nº 069/2013, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil – São Paulo – Amcham, (Procedimento Arbitral);
3. Ação Ordinária nº 1064876-84.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – Capital (Ação Billings); e
4. Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 019598-24.2013.8.26.0053, proposta pela SABESP contra a EMAE perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Exibição de Documentos).

Notas Explicativas

Esse Instrumento determina o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

A Cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i) a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), nos termos da legislação vigente, que foi aprovada pela ANEEL no dia 30 de dezembro de 2016 por meio do despacho 3.431, (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tem prazo de 1 ano para sua implementação, a contar da data de assinatura do Instrumento em 28 de outubro de 2016.

O registro dos valores a receber decorrentes dessa transação somente será realizado por ocasião do atendimento de todas as condições suspensivas e consequente efetivação do Instrumento, à luz das disposições contidas no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Caso qualquer das Condições Suspensivas não seja atendida no prazo acima mencionado, a Transação resolver-se-á de pleno direito, não surtindo nenhum efeito e considerando-se como jamais celebrada. A falta no atendimento de qualquer uma das condições suspensivas permite que seja requerido o prosseguimento dos Litígios isoladamente por qualquer das Partes, após notificação prévia da outra Parte.

Em 9 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transação com a SABESP.

Em 10 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da SABESP aprovou a transação com a EMAE.

Por meio do Despacho nº 3.431, de 30 de dezembro de 2016, a ANEEL, decidiu anuir ao Instrumento Particular de Transação e outras Avenças.

Em 13 de junho de 2017, foi convocada a Assembleia Geral da Companhia a se realizar em 6 de julho de 2017 para deliberar sobre esse acordo.

A AGE do dia 6 de julho de 2017 dentre outros assuntos teve em sua pauta a "Proposta de Acordo com a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP para o encerramento dos seguintes litígios da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, do Procedimento Arbitral nº 069/2013; da Ação Ordinária nº 064879-84.2013.8.26.0100 e da Ação Cautelar de exibição de Documentos nº 0019598- 24.2013.8.26.0053 todos relativos à retirada de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. Foi acolhido o pedido da acionista Secretaria da Fazenda para suspender esse item da pauta, por arguir que em face do Ofício nº 076/2017/CVM/SEP/GEA-3, que versa sobre o impedimento do Estado de São Paulo e da Companhia do Metropolitano de São Paulo de votarem, nos termos do artigo 115, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de setembro de 2017, por meio do Ofício nº 195/ 2017/ CVM/ SEP/ GEA-3, a CVM comunicou à EMAE, que o colegiado da entidade decidiu pelo indeferimento do recurso interposto pelo Procurador Geral do Estado de São Paulo, na qualidade de representante do acionista controlador da EMAE. Concluiu por maioria, pelo impedimento de voto do Estado de São Paulo.

Em 18 de outubro de 2017, o Conselho de Administração da EMAE aprovou a formalização do 1º aditivo ao Instrumento, o qual exclui a condição suspensiva de aprovação do Instrumento em Assembleia Geral de acionistas da EMAE, mantendo-se

Notas Explicativas

inalterado os demais termos e condições da transação. Portanto, instruindo a Diretoria da Companhia a tomar as providências necessárias para realizar o aditamento do Instrumento.

Diante dessa decisão, a celebração do referido aditivo foi aprovada pelos Conselhos de Administração da Sabesp e da Emae, em 11 de outubro de 2017 e 18 de outubro de 2017, respectivamente.

O aditivo exclui a condição suspensiva. Consistente na aprovação do Instrumento pela Assembleia Geral de acionistas da Emae e mantém os demais termos e condições suspensivas previstas foram implementadas e, portanto, o Instrumento passa a ter plena eficácia.

16.3 Prestação de Serviços da EMAE para Pirapora

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 1.269 (R\$ 1.445 em 30 de setembro de 2016).

16.4 Serviços no Canal do Rio Pinheiros

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de setembro de 2017, o saldo a receber é de R\$ 3.612 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2016).

16.5 Cessão de Empregados

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento da Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de setembro de 2017, o saldo a receber é de R\$ 13.907 (R\$ 13.832 em 31 de dezembro de 2016).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 (um bilhão, cento e dezesseis milhões e cinquenta mil reais) mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

Notas Explicativas

c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações

Os principais acionistas em 30 de setembro de 2017 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ (Custodiada na BM&F BOVESPA)...	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.200.633	9,89	2.200.633	5,96
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	547.200	2,46	547.200	1,48
Outros.....	-	-	2.813.262	12,65	2.813.262	7,61
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 não houve emissão ou agrupamento de ações.

17.2 Lucro por ação

A seguir é demonstrado o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		3º Trimestre	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Lucro do período	R\$ 16.165	R\$ 46.168	R\$ 11.546	R\$ 22.429
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Ordinária.....	R\$ 0,41269	R\$ 1,17863	R\$ 0,29478	R\$ 0,57263
Ação Preferencial.....	R\$ 0,45396	R\$ 1,29649	R\$ 0,32426	R\$ 0,62989

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

Notas Explicativas

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

18.1 Conciliação da receita operacional líquida

TRIMESTRE

	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	1.385	1.702	1.385	1.702
Cotas de energia elétrica	43.138	55.102	43.138	55.102
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	8.381	7.840
Suprimento de energia - comercializadores.....	1.349	808	1.349	808
Energia de curto prazo - CCEE.....	196	102	622	125
Renda da prestação de serviços.....	3.916	2.626	3.498	2.474
Outras receitas.....	457	1.174	457	1.174
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	1.424	662	1.424	662
	<u>51.865</u>	<u>62.176</u>	<u>60.254</u>	<u>69.887</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(3.963)	(4.410)	(4.227)	(4.646)
PIS sobre receitas operacionais.....	(855)	(953)	(912)	(1.004)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(212)	(79)	(212)	(79)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(409)	(432)	(409)	(432)
	<u>(5.439)</u>	<u>(5.874)</u>	<u>(5.760)</u>	<u>(6.161)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>46.426</u>	<u>56.302</u>	<u>54.494</u>	<u>63.726</u>

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30/09/2017 E 30/09/2016

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	4.109	7.646	4.109	7.646
Cotas de energia elétrica	127.924	134.152	127.924	134.152
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	24.475	22.822
Suprimento de energia - comercializadores.....	3.563	808	3.563	808
Energia de curto prazo - CCEE.....	996	294	1.773	358
Renda da prestação de serviços.....	8.085	9.105	6.816	7.660
Outras receitas.....	1.379	1.425	1.379	1.425
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	2.712	5.096	2.712	5.096
	<u>148.768</u>	<u>158.526</u>	<u>172.751</u>	<u>179.967</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(15.305)	(14.626)	(16.063)	(15.313)
PIS sobre receitas operacionais.....	(3.308)	(3.164)	(3.472)	(3.313)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(417)	(290)	(417)	(290)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.268)	(1.148)	(1.268)	(1.148)
	<u>(20.298)</u>	<u>(19.228)</u>	<u>(21.220)</u>	<u>(20.064)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>128.470</u>	<u>139.298</u>	<u>151.531</u>	<u>159.903</u>

Notas Explicativas

18.2 Energia Elétrica Vendida

TRIMESTRE

	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016
Fornecimento (a)								
Fornec. de energia para consumidores livres.....	6.624	6.624	1.385	1.702	6.624	6.624	1.385	1.702
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	306.147	311.017	43.138	55.102	306.147	311.017	43.138	55.102
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	35.176	34.660	8.381	7.839
Comercializadores.....	8.832	8.832	1.349	808	8.832	8.832	1.349	808
Câmara de Comerc. de E. Elétrica - CCEE (b)								
Energia de curto prazo.....	-	-	196	102	-	-	622	125
Total.....	321.603	326.473	46.068	57.714	356.779	361.133	54.875	65.576

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30/09/2017 E 30/09/2016

	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Fornecimento (a)								
Fornec. de energia para consumidores livres.....	19.659	32.312	4.109	7.646	19.659	32.312	4.109	7.646
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	930.902	935.255	127.924	134.152	930.902	935.255	127.924	134.152
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	104.011	104.031	24.475	22.821
Comercializadores.....	26.212	8.832	3.563	808	26.212	8.832	3.563	808
Câmara de Comerc. de E. Elétrica - CCEE (b)								
Energia de curto prazo.....	-	-	996	294	-	-	1.773	358
Total.....	976.773	976.399	136.592	142.900	1.080.784	1.080.430	161.844	165.785

- a) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- b) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

18.3 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

TRIMESTRE

	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016
Petrobras (UTE's).....	3.046	1.748	3.046	1.748
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	452	726	452	726
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 16.3).....	418	152	-	-
Total.....	3.916	2.626	3.498	2.474

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30/09/2017 E 30/09/2016

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Petrobras (UTE's).....	4.332	5.423	4.332	5.423
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.079	2.237	2.079	2.237
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 16.3).....	1.269	1.445	-	-
Subestação Henry Borden.....	405	-	405	-
Total.....	8.085	9.105	6.816	7.660

Notas Explicativas

19. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

19.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	3º trimestre 2017	3º trimestre 2016	3º trimestre 2017	3º trimestre 2016	3º trimestre 2017	3º trimestre 2016
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.153)	(2.663)	-	-	(2.153)	(2.663)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.190)	(1.075)	-	-	(1.190)	(1.075)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(908)	(1.108)	-	-	(908)	(1.108)
Pessoal.....	(24.171)	(24.748)	-	-	(24.171)	(24.748)
Material.....	(913)	(1.242)	-	-	(913)	(1.242)
Serviço de terceiros.....	(10.004)	(12.153)	-	-	(10.004)	(12.153)
Depreciação e amortização.....	(250)	(194)	-	-	(250)	(194)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(1.300)	(5.100)	-	-	(1.300)	(5.100)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(1.424)	(662)	-	-	(1.424)	(662)
Ganho (perda) na alienação de bens e direitos.....	-	-	(264)	3.756	(264)	3.756
Provisão para Imposto de Renda.....	(3.498)	(1.076)	-	-	(3.498)	(1.076)
Outras.....	(3.414)	(4.059)	-	-	(3.414)	(4.059)
Total.....	(49.225)	(54.080)	(264)	3.756	(49.489)	(50.324)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica				Outras receitas e despesas				TOTAL	
	3º trimestre 2017		3º trimestre 2016		3º trimestre 2017		3º trimestre 2016		3º trimestre 2016	
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.385)	(2.663)	-	-	-	(2.385)	-	(2.663)	-	(2.663)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.262)	(868)	-	-	-	(1.262)	-	(868)	-	(868)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(908)	(1.108)	-	-	-	(908)	-	(1.108)	-	(1.108)
Pessoal.....	(24.171)	(24.748)	-	-	-	(24.171)	-	(24.748)	-	(24.748)
Material.....	(921)	(1.245)	-	-	-	(921)	-	(1.245)	-	(1.245)
Serviço de terceiros.....	(10.511)	(12.510)	-	-	-	(10.511)	-	(12.510)	-	(12.510)
Depreciação e amortização.....	(1.234)	(1.179)	-	-	-	(1.234)	-	(1.179)	-	(1.179)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(1.300)	(5.100)	-	-	-	(1.300)	-	(5.100)	-	(5.100)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(1.424)	(662)	-	-	-	(1.424)	-	(662)	-	(662)
Ganho (perda) na alienação de bens e direitos.....	-	-	(265)	3.756	-	-	3.756	-	-	3.756
Previdência Privada.....	(3.498)	(1.076)	-	-	-	(3.498)	-	(1.076)	-	(1.076)
Outras.....	(3.219)	(3.829)	-	-	-	(3.219)	-	(3.829)	-	(3.829)
Total.....	(50.833)	(54.988)	(265)	3.756	(265)	(51.098)	3.756	(51.232)	(51.098)	(51.232)

Notas Explicativas

19.2 Para o período de nove meses findo em 30/09/2017 e 30/09/2016

CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica			Outras receitas e despesas			TOTAL	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Energia elétrica comprada para revenda.....	(6.391)	(6.770)	-	-	(6.391)	-	(6.770)	(6.770)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(3.318)	(3.341)	-	-	(3.318)	-	(3.341)	(3.341)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.243)	(5.699)	-	-	(4.243)	-	(5.699)	(5.699)
Pessoal.....	(77.746)	(69.862)	-	-	(77.746)	-	(69.862)	(69.862)
Material.....	(2.558)	(2.938)	-	-	(2.558)	-	(2.938)	(2.938)
Serviço de terceiros.....	(32.693)	(40.610)	-	-	(32.693)	-	(40.610)	(40.610)
Depreciação e amortização.....	(676)	(803)	-	-	(676)	-	(803)	(803)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(1.765)	(14.886)	-	-	(1.765)	-	(14.886)	(14.886)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(2.712)	(5.096)	-	-	(2.712)	-	(5.096)	(5.096)
Ganho (perda) na alienação de bens e direitos.....	-	-	2.618	4.767	-	-	2.618	4.767
Providência Privada.....	(10.493)	(3.225)	-	-	(10.493)	-	(3.225)	(3.225)
Outras.....	(9.639)	(9.816)	-	-	(9.639)	-	(9.816)	(9.816)
Total.....	(152.234)	(163.046)	2.618	4.767	(149.616)	4.767	(158.279)	(158.279)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
	(7.087)	(9.647)	-	-	(7.087)	(9.647)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.534)	(3.365)	-	-	(3.534)	(3.365)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(4.243)	(5.699)	-	-	(4.243)	(5.699)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(77.746)	(69.862)	-	-	(77.746)	(69.862)
Pessoal.....	(2.602)	(2.947)	-	-	(2.602)	(2.947)
Material.....	(34.467)	(41.398)	-	-	(34.467)	(41.398)
Serviço de terceiros.....	(3.627)	(3.757)	-	-	(3.627)	(3.757)
Depreciação e amortização.....	(1.765)	(14.886)	-	-	(1.765)	(14.886)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, civis e tributários.....	(2.712)	(5.096)	-	-	(2.712)	(5.096)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	-	-	2.618	4.767	2.618	4.767
Ganho (perda) na alienação de bens e direitos.....	(10.493)	(3.225)	-	-	(10.493)	(3.225)
Previdência Privada.....	(9.642)	(9.892)	-	-	(9.642)	(9.892)
Outras.....	(157.918)	(169.774)	2.618	4.767	(155.300)	(165.007)
Total.....						

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO****Trimestre**

	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.217	1.636	2.564	2.078
Remuneração quotas.....	474	827	474	827
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga.....	5.420	6.072	5.420	6.072
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	2	-	2	-
Outras.....	(303)	561	(300)	593
	<u>7.810</u>	<u>9.096</u>	<u>8.160</u>	<u>9.570</u>
Despesas				
Juros	-	-	(1.925)	(2.157)
Encargos sobre tributos e contribuições sociais...	(3)	-	(3)	-
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(52)	(53)	(52)	(53)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	-	-	-	(558)
	<u>(258)</u>	<u>(256)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>(2.971)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	3.931	7.943	3.931	7.943
Outras variações monetárias	20	8	20	8
	<u>3.951</u>	<u>7.951</u>	<u>3.951</u>	<u>7.951</u>
	<u>11.503</u>	<u>16.791</u>	<u>9.928</u>	<u>14.550</u>

Período de nove meses findo em 30/09/2017 e 30/09/2016

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	6.321	4.066	7.241	5.057
Remuneração quotas.....	474	827	474	827
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga.....	16.885	18.470	16.885	18.470
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	14	24	14	24
Outras.....	246	808	328	1.157
	<u>23.940</u>	<u>24.195</u>	<u>24.942</u>	<u>25.535</u>
Despesas				
Juros	-	-	(5.915)	(6.514)
Encargos sobre tributos e contribuições sociais...	(77)	(85)	(102)	(129)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(164)	(145)	(164)	(145)
Juros sobre RGR.....	(608)	(608)	(608)	(608)
Outras.....	(1)	-	(1)	(558)
	<u>(850)</u>	<u>(838)</u>	<u>(6.790)</u>	<u>(7.954)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	5.043	46.109	5.043	46.109
Outras variações monetárias	59	330	59	330
	<u>5.102</u>	<u>46.439</u>	<u>5.102</u>	<u>46.439</u>
	<u>28.192</u>	<u>69.796</u>	<u>23.254</u>	<u>64.020</u>

Notas Explicativas

21. SEGUROS

A Administração da Companhia e sua controlada mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2017	09/04/2018	20.000	305
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	05/11/2016	05/11/2017	15.000	58
Seguro de riscos operacionais (c).....	23/08/2017	23/08/2018	81.758	210
			<u>116.758</u>	<u>573</u>

- (a) Refere-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- (b) Refere-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- (c) Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16	
Caixa e equivalentes de caixa.....	96.249	75.162	111.933	80.279	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	15.570	25.192	19.411	29.211	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	451	4.191	451	4.191	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.612	1.774	3.612	1.774	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	119	263	119	263	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	455.919	476.398	455.919	476.398	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	24.549	22.698	28.130	26.178	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável.....	48.836	46.386	48.836	46.386	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	273.218	275.273	273.218	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	6.255	4.880	6.611	5.084	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	16.010	16.010	16.010	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	87.429	91.725	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

Como observado na tabela acima, a Companhia não possui, em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, instrumentos financeiros ativos ou passivos mensurados pelo valor justo.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia, a qual está totalmente comprometida, por meio de cotas, com as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

- (a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento, de acordo com os padrões de mercado, e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

Notas Explicativas

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e cotas de garantia física - o reduzido número de clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de, no mínimo, dois meses de faturamento.

Esse risco também pode surgir de perdas com instituições financeiras, nas quais a Companhia e sua controlada possuem recursos aplicados. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 96.249 e R\$ 111.933, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 75.162, controladora, e R\$ 80.279, consolidado, em 31 de dezembro de 2016), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

No risco de crédito também são incluídos os seguintes contas a receber:

- Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 16.4);
- Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5);
- Ativo financeiro indenizável (Nota 9); e
- Ativo reversível da concessão (Nota 10).

O risco de crédito sobre o contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros é avaliado como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não ter histórico ou expectativa de perdas.

A realização do contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas ITR não havia atrasos no recebimento desse contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, a uma eventual glosa.

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Notas Explicativas

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 30 de setembro de 2017, com CDI overnight de 8,14% a.a.(*).

I-CVM 475	Saldo 30.09.2017	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		8,14%	6,11%	4,07%
Controladora	94.263	7.673	5.759	3.837
Consolidado	109.012	8.874	6.661	4.437

I-CVM 475	Saldo 30.09.2017	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		8,14%	10,18%	12,21%
Controladora	94.263	7.673	9.596	11.510
Consolidado	109.012	8.874	11.097	13.310

(*) Fonte: Valor Econômico

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 30 de setembro de 2017 referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,00% a.a.(**)

I-CVM 475	Saldo 30.09.2017	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP		8,90%	10,65%	12,40%
Liberado pelo BNDES	87.429	7.781	9.311	10.841

I-CVM 475	Saldo 30.09.2017	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP		8,90%	7,15%	5,40%
Liberado pelo BNDES	87.429	7.781	6.251	4.721

(**) Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia tem capacidade limitada de obtenção de recursos para financiamento e capitalização. Tal condição pode afetar adversamente eventuais planos de expansão da Companhia. A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia, na data base 30 de setembro de 2017. Para a rubrica “empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	6.611	-	-	-	-	6.611
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	2.845	8.535	11.380	34.141	91.991	148.892
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	-	-	-	-	16.010
Total	25.466	8.535	11.380	34.141	91.991	171.513

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros e outros, veja nota explicativa nº 13.

Os cálculos do índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD e índice de capital próprio – ICP são realizados em bases anuais e estão apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

- (b) Outros riscos: a seguir estão apresentados outros riscos a que a Companhia e sua controlada estão sujeitas.

(b.1) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico dessas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência, exceto em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

Para mitigar o risco hidrológico, em 2015, a PCH da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, requereu à ANEEL a repactuação deste risco, nos termos da Lei nº13.203 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015, obtendo a respectiva anuência por meio do Despacho ANEEL nº189 de 25/01/2016.

(b.2) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG será ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período medição (60 meses). Na revisão tarifária ocorrida em 4 de julho de 2017, esse ajuste reduziu a RAG em R\$166, o qual foi analisado e objeto de recurso administrativo interposto pela Companhia.

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador

Notas Explicativas

Em 13 de julho de 2017, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.265/2017, publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2017 a 30 junho de 2018.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG	Adicionais de investimentos	Bens não reversíveis (5%)		Desempenho	Encargos	Ajustes	RAG
Henry Borden...	123.819	4.561	6.191	-	425	5.786	107	140.039
Porto Góes.....	4.324	354	216		259	577	5	5.735
Rasgão.....	3.555	443	178		-	533	6	4.715
	131.698	5.358	6.585	-	166	6.896	118	150.489

Fonte: REH 2.265/2017 Nota técnica nº 202/2017

(b.3) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada. Essas alterações podem decorrer de mudanças nas regras de contratação e comercialização de energia, regras tarifárias, nas formas e prazos de concessão, entre outras.

(b.4) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

(b.5) Risco relacionado à integridade dos empreendimentos

Um risco inerente às operações da Companhia e de sua controlada é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A Companhia e sua controlada adotam uma política de segurança de barragem para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos e/ou minimizar seu impacto.

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa e, portanto, essas não estão refletidas na Demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30.09.17	30.09.16
Aquisição de ativos indenizáveis.....	(1.036)	-
Imobilizado	1.714	-

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 48.836 mil em 30 de setembro de 2017, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR (Valor novo de reposição) pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 273.218 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia confirma que até 30 de setembro de 2017 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim

Contador CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do exercício social findo em 30 de setembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do exercício social findo em 30 de setembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do exercício social findo em 30 de setembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do exercício social findo em 30 de setembro de 2017.